

MANDADO DE SEGURANÇA

DIREITO LÍQUIDO E CERTO

SERVIDÃO DE PASSAGEM — DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - IMISSÃO DE POSSE - INDENIZAÇÃO PRÉVIA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ... VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE ... - ESTADO DO ... Companhia ... de Energia - ..., sociedade de economia mista, concessionária de serviço público de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob nº ..., com sede na Rua ... nº ..., por seu advogado - mandato incluso (doc. nº ...) - com escritório na Rua ... nº ..., na Comarca de ... - ..., onde recebe intimações, vem propor AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO contra ... (qualificação), residente em ..., no Município e Comarca de ... I - FATOS Pretende a requerente ... constituir servidão de passagem em imóvel tido como de propriedade dos requeridos, devidamente amparada pela declaração de utilidade pública abaixo explicitada: Obra: LT ... kV ... - ... Decreto nº 3.755 Diário Oficial de 26.09.88 (doc. nº ...) Área: ... m2 A área destinada a obra está descrita em plantas e memoriais que ficam fazendo parte deste petítório. (docs. nºs. ... a ...). Ante a impossibilidade de se constituir administrativamente a servidão referida tornou-se necessária a propositura desta ação. II - O DIREITO O estabelecimento de servidão de passagem é facultada às concessionárias de serviço público de energia elétrica a partir da alínea "c" do artigo 151 do Decreto nº 24.643, de 10/07.34 (Código das Águas), regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16.07.54. No mesmo sentido, a autorização concedida pela alínea "c" do artigo 108 do Decreto nº 41.019, de 26.02.57, que regulamenta os serviços de energia elétrica. O rito processual para o pedido é o do Decreto-lei nº 3.365, de 21.06.41 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. III - A INDENIZAÇÃO OFERTADA Com base em prévia avaliação administrativa, a requerente oferece a título de indenização pela servidão, a importância de R\$... IV - A IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE DO IMÓVEL Considerando a urgência de que se reveste a obra em virtude das necessidades energéticas da região, e de acordo com a faculdade concedida pelo artigo 15, § 1º, letra "c", do Decreto-lei nº 3.365/41 a autora ... requer a admissão do depósito prévio da indenização ofertada no item anterior, importância essa superior ao valor cadastral do imóvel, como exigido pelo dispositivo legal acima referido, para fins de imissão provisória. (doc. nº ...). V - O REQUERIMENTO À vista do exposto e da urgência da obra, requer-se: a) admitido e realizado o depósito prévio, expedição em favor da ... do competente mandado liminar de imissão na posse do imóvel, para a finalidade já relatada; b) a citação dos requeridos na forma do art. 16 do D.L. 3.365/41, para que respondam aos termos desta ação e digam se concordam com a indenização ofertada, pena de revelia; c) a produção de todo gênero de provas em direito não defeso, como vistoria, prova documental e testemunhal, depoimento pessoal dos requeridos e, principalmente, pericial; d) o acolhimento da indicação do engenheiro civil abaixo qualificado na condição de assistente técnico da ..., para fins de realização da prova pericial: Nome: ... CREA nº ... - ...^a Região Endereço: Rua ... nº ... Cidade: ... - Estado: ... Requer-se, igualmente, sejam respondidos pelo perito judicial e assistentes técnicos, por ocasião da perícia, os seguintes quesitos: 1) Quais as obras que atingiram os imóveis em tela? 2) Quais as áreas atingidas pelas obras? Descrever. 3) Qual o valor, por metro quadrado, do imóvel, para pagamento à vista? 4) Há benfeitorias atingidas pela implantação das obras? Em caso positivo, qual o valor a indenizar? 5) Qual a utilização dada ao imóvel, na data da imissão na posse? 6) Qual o índice de desvalorização aplicável a servidão instituída? 7) Qual o valor total da indenização devida? Requer-se, finalmente, seja a presente ação declarada procedente para constituir, em favor da ..., a servidão de que trata, mediante o pagamento da justa indenização, expedindo-se, oportunamente, o necessário mandado de registro à Circunscrição Imobiliária competente. Protesta-se pela apresentação, se necessário for, de quesitos suplementares e/ou de esclarecimentos.

Dá-se a presente ação o valor de R\$... D., R. e A., com os inclusos documentos, N. Termos, P. Deferimento.
..., ... de ... de Advogado